



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
3ª Superintendência Regional – 3ª/SR

## ANEXO I – JUSTIFICATIVAS

**Finalidade:** Este anexo tem por finalidade apresentar esclarecimentos e justificativas do processo contratual, bem como incluir eventuais exigências e particularidades em função da especificidade dos serviços, as quais, após relacionadas, passam a integrar o Termo de Referência.

### **Da necessidade da contratação:**

A 3ª Superintendência Regional da Codevasf necessita assegurar condições adequadas de higiene, salubridade, organização e suporte operacional em suas instalações administrativas, de forma a garantir o pleno funcionamento das atividades institucionais.

Os serviços de limpeza, conservação, copa, recepção e apoio administrativo possuem natureza contínua e essencial, sendo indispensáveis ao funcionamento regular da unidade. A ausência ou descontinuidade desses serviços compromete diretamente a qualidade do ambiente de trabalho, a saúde e segurança dos usuários, bem como a eficiência administrativa.

Destaca-se que a Codevasf não dispõe de quadro próprio suficiente para execução direta dessas atividades, tampouco estrutura operacional que permita sua adequada gestão interna, o que justifica a contratação de empresa especializada para prestação dos serviços, com dedicação exclusiva de mão de obra, conforme definido no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência.

### **Da escolha da solução mais adequada ao atendimento da necessidade:**

A solução adotada consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de limpeza, conservação, copa, recepção e apoio administrativo, com dedicação exclusiva de mão de obra, incluindo o fornecimento de materiais e insumos necessários à execução dos serviços.

O modelo com postos fixos foi escolhido por garantir continuidade da prestação dos serviços, padronização da execução, maior controle por parte da Administração, previsibilidade de custos e maior eficiência operacional.

Alternativas como execução direta pela Administração ou contratação por demanda foram consideradas inviáveis ou inadequadas, conforme análise constante no Estudo Técnico Preliminar.

### **Do procedimento de pesquisa de preços realizado e dos critérios adotados para a seleção dos orçamentos formadores do valor estimado:**

A pesquisa de preço foi realizada com base nos pisos salariais de funções constantes na CCT 2026/2026 (Siemaco/PE x SEAC/PE), nos Encargos e demais rubricas obrigatórias previstas pela legislação vigente, nos valores de BDI estabelecidos pelo Acórdão 2622/2013 – TCU – Plenário e em Cotação de preços coletados por meio de pesquisa no mercado local (Petrolina/PE), em contratações públicas no Painel de Preços do Governo Federal, em fornecedores locais e em sítios na *Internet* de comercialização dos produtos estimados.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
3ª Superintendência Regional – 3ª/SR

### **Dos requisitos de aceitação e pontuação das propostas:**

Deverá ser observado o valor máximo aceitável, não se admitindo contratação por valor superior ao estimado, devendo qualquer proposta superior ao definido, desde que não seja passível de saneamento, ser desclassificada conforme Acórdão nº 7213/2015 (TCU-2ª Câmara).

Não se aplica o requisito de pontuação das propostas, uma vez que não se utiliza o critério de julgamento por técnica e preço.

### **Dos critérios de reajustamento e repactuação de preços:**

A repactuação dos preços da mão de obra deve seguir os valores mínimos de remuneração e benefícios determinados em Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho das categorias profissionais, de modo a resguardar os direitos dos empregados terceirizados. O reajustamento dos preços de materiais e insumos visa garantir o equilíbrio econômico da contratação, utilizando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), tendo em vista não haver índice econômico aplicado especificamente aos itens de fornecimento pela CONTRATADA.

### **Da adoção do Pregão Eletrônico:**

Conforme art. 35, inciso II, § 1º do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC), o pregão deverá ser utilizado, de forma preferencial, para aquisição de bens e serviços comuns, inclusive de engenharia. Portanto, a modalidade de licitação definida para esta licitação é o Pregão Eletrônico, considerando que se trata de bens comuns. A finalidade é ampliar a competição, permitindo, assim, a obtenção de um melhor preço pela Administração, com a possibilidade de lances e negociação direta pelo pregoeiro.

Ressalta-se que a técnica envolvida na execução do fornecimento (ou serviços) objeto desta licitação é conhecida no mercado, possibilitando, por isso, sua descrição de forma objetiva, conforme consta das Especificações Técnicas que integrarão o Edital e planilhas de quantidades e preços máximos, caracterizando, portanto, o objeto licitado como bens/serviços comuns.

O essencial para a eficácia da licitação é que o escopo de fornecimento (ou serviços) seja bem definido e especificado de forma precisa e suficiente para identificar o produto final a ser obtido, definido de forma criteriosa e objetiva pelo Termo de Referência e Especificações Técnicas do objeto a ser contratado.

A utilização dessa modalidade amplia a competitividade, promove maior transparência e possibilita a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

### **Da adoção do SRP (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS):**

Não será adotado o Sistema de Registro de Preço.

### **Da não instauração de procedimento de Intenção de Registro de Preços (dispensa de divulgação) e não permissão de participantes na licitação:**

Não aplicável.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
3ª Superintendência Regional – 3ª/SR

**Da admissão de adesão dos órgãos não participantes:**

Não aplicável.

**Da adoção do valor estimado público:**

Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

**Prazo plurianual da contratação continuada:**

Não aplicável.

**Critério de Julgamento:**

Menor preço de acordo com o Art. 67 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf.

**Do intervalo mínimo entre lances:**

Justifica-se a adoção do intervalo mínimo de 0,5% entre lances, porquanto a métrica percentual resulta em diferença proporcional adequada aos objetos licitados pela Codevasf, independentemente dos valores estimados ou orçados, incidindo tanto sobre os lances intermediários quanto sobre o lance destinado a cobrir a melhor oferta.

**Dos requisitos de Qualificação Técnica (exigências habilitatórias indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações):**

As exigências habilitatórias é a qualificação referente ao número de postos equivalentes ao da contratação, a fim de garantir a expertise da empresa para execução do serviço compatível, bem como alinhamento com as exigências da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

**Da exigência ou não de apresentação de capital social mínimo:**

Será exigido Patrimônio Líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor anual orçado pela Codevasf, a fim de garantir uma capacidade financeira mínima frente os futuros encargos trabalhistas e tributários do contrato, conforme alínea c, subitem 11.1, Anexo VII, da IN 05/2017.

**Permissão para Participação de Consórcios:**

**Não:** Por se tratar de serviços comuns continuados com dedicação exclusiva e de baixa complexidade, a logística necessária para cumprimento do objeto não exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, não sendo, consequentemente, pertinente a formação de consórcios com intuito de reforçar a capacidade técnica e financeira do licitante. As empresas isoladas podem perfeitamente conseguir preencher os requisitos necessários para tal.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
3ª Superintendência Regional – 3ª/SR

**Permissão para Participação de Sociedades Cooperativas:**

**Não:** Considerando que a execução dos serviços terceirizados objetos da contratação, por sua natureza, demanda a existência de vínculos de emprego dos trabalhadores em relação à CONTRATADA, não será permitida a participação de Sociedades Cooperativas, conforme Comunicado nº 4/2023 (SEGES/MGI), que tornou público o Parecer nº 00002/2023 (DECOR/CGU/AGU).

**Permissão para Subcontratação:**

**Não:** Não será admitida a subcontratação da execução dos serviços e dos fornecimentos dos bens a serem contratados, por se tratar de prestação continuada de objeto único e indivisível, cujo objeto é a própria atividade fim da contratada, não sendo possível o fracionamento dos encargos/obrigações constantes neste termo de referência.

**Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual:**

Não aplicável.

**Garantia de Execução (caução):**

Por se tratar de serviços continuados com dedicação exclusiva, com riscos devido à execução dos serviços, além dos riscos de trabalhistas, bem como as exigências da IN MPOG 05/2017, há necessidade de "Garantia de Execução" estipulada no montante de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato.